



BIBLIOTECAS
DE LISBOA

REVISTA DO CONSERVATÓRIO REAL DE LISBOA (Lisboa, 1842) – Editada pelo *Conservatório*, a revista é o **órgão “das suas doutrinas, um arquivo para os seus documentos”** [...] Sendo o fim especial d’esta academia e d’esta associação, o **melhoramento da arte dramática, bem como da música, da declamação, e em summa, de todas as artes que para ela cooperam, a sua Revista principalmente se-occupará de todas ellas”** (p. 3).

O título da revista apresenta-se em frontispício que encima linhas duplas, no meio das quais se lê: **“Publica-se na primeira quinta feira de cada mês. O Conservatório só responde pelo que é oficial”**. Pela última frase, julgamos que **Joaquim Larcher** (1797-1865) como **Vice-Presidente do Conservatório** e **Presidente do Concelho Geral** (p. 4), também era o seu *porta-voz* oficial, pois nenhum texto publicado na revista aparece assinado pelo respetivo autor.

Esta ficha incide sobre os dois números do “primeiro tomo”¹ da revista, com periodicidade mensal. Apesar do primeiro número não ser datado nem numerado, sabe-se que foi publicado em junho de 1842. O número seguinte é datado de “Julho de 1842” [n.º II, p. 17].

Sobre a revista, Inocêncio Francisco da Silva escreveu que o *Jornal do Conservatório* é “diverso d’este outro periódico semelhante, publicado com o título: **Revista do Conservatório Real de Lisboa, cujo n.º 1 sahi em Junho de 1842** [...] – D’elle só vi os n.ºs. 1e 2 [...]”.² Na mesma fonte, Inocêncio também teorizou na sua entrada: “**José Feliciano de Castilho** Barreto e Noronha” (1812-1879), que em relação à *Revista do Conservatório* constava que **“fôra ao princípio redactor d’este jornal, que pouco tempo durou”**.³

José Feliciano de Castilho vem referido como **“Director do Jornal”** ou seja, deduzimos, **da Revista** (p. 4). Aliás, a revista é frequentemente referida como “Jornal” devido a outro periódico do anterior *Conservatório Nacional de Arte Dramática* (1836-1840) que corresponde à *série antiga* com **“Presidência de João Baptista de Almeida Garrett”**, na secção “Extracto das Actas do Conservatório”. Segue-se, com o mesmo modelo para a *série corrente* com **“Presidência do Sr. Joaquim Larcher” do Conservatório Real de Lisboa, criado pelo Decreto régio de 4 de julho de 1840** (pp. 9-16; n.º II, p. 32).

¹ V. “Descr. Física: O tomo II (1843) desta revista dedicou-se exclusivamente à publicação das Memórias do Conservatório, distribuídas por 6 séries (6 volumes) relativas aos anos de 1841-1842”, no registo bibliográfico da Biblioteca Nacional de Portugal: Catálogo Geral, em: <http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=14144934LK9F3.1847&profile=bn&menu=search&ts=1414493458968#focus>

² V. SILVA, Inocêncio Francisco da - “Jornal do Conservatório”. In *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860, Tomo Quarto, p. 178.

³ *Op. Cit.* “Revista do Conservatório. Lisboa, 1842”, p. 319.

Atualmente, o escritor e ensaísta **Ernesto Rodrigues classifica a *Revista do Conservatório Real de Lisboa* (1842) de revista de teatro “quando este era mais letra que espectáculo”,** reforçando o “espírito romântico [...] entre a crítica e notícia de peças em cena, folhetins de actos ou de libretos de ópera, troupes, retratos de actores nacionais e estrangeiros, etc. [...]”⁴

A propósito, na folha de rosto da *Revista Universal Lisbonense* (RUL), redigida, nesta altura, por **António Feliciano de Castilho** (1800-1875), que também dirigia a “Secção de Literatura” do Conservatório, publica-se: “Tendo o **Conservatório Real de Lisboa resolvido publicar um Jornal Mensal** de duas folhas de impressão, **cujo primeiro número sairá já este mês** [junho de 1842], **tencionamos oferecer gratuitamente um exemplar a todos os nossos subscritores**, sem todavia nos-obrigarmos de tal donativo. [...]”⁵ Esta oferta justifica-se como “ajuda” na promoção de um novo periódico com proteção régia, e com colaboradores comuns, os quais já eram escritores conhecidos do *Romantismo*, como: Almeida Garrett, Alexandre Herculano e José da Silva Mendes Leal Júnior.

ESTRUTURA GRÁFICA

A revista não é ilustrada e não tem folha de rosto. Apenas um frontispício que apresenta o título, o qual é composto pelas palavras *Revista do Conservatório Real* em maiúsculas, em cor preta e a *bold* num tamanho superior às restantes: *de Lisboa*. Mais, a revista não tem ficha técnica, mede 30 cm e **totaliza 32 páginas** em cor sépia e numeradas em contínuo.

Estruturalmente invariável, a publicação apresenta textos corridos e seguidos, separados com pequenas vinhetas centrais, o que torna a mancha gráfica compacta e de leitura difícil. Cada número contém 16 páginas.

A sua única alteração é a mudança de tipografias, referida nas últimas páginas dos números: **o primeiro “Na Imprensa Nacional”** (p. 16), e **o segundo “Na Tipografia Lusitana, Rua das Parreiras, n.º 4, a Jesus”** (n.º II, p. 32).

PROGRAMA E CONTEÚDOS

“**Introdução**” é o título do texto, não assinado, que abre a *Revista do Conservatório*, nome abreviado por que é referida. De conteúdo variado, começa por um historial crítico do teatro português; continua com um balanço dos trabalhos da ***Inspecção Geral dos Theatros e Expetaculos Nacionais*** desde a sua criação, em 1836, e do “**Conservatório a ella annexo**”; passa pela menção à “**censura teatral**” que foi entregue “por acto do Governo **em 9 de Novembro de 1838, a membros escolhidos do Conservatório**”; conta os obstáculos que terminaram com a “lei de 6 de Novembro de 1840, com auxílio

⁴ RODRIGUES, E. - “Revistas Literárias”. In BUESCU, Maria Helena (Coord.) - *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997, p. 475.

⁵ <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/RUL.htm> – “Expediente” – In *Revista Universal Lisbonense* (1841-1859). Lisboa, série III, n.º 35 (2 Junho 1842), p. [413].

e com a **boa e patriótica cooperação da Camara Municipal de Lisboa se conseguiu readquirir o magnífico local do Rocio**⁶ por escriptura de 18 de Maio de 1841, aprovada por decreto de 29 do mesmo mez e anno”; refere que desde “o auxílio de SS. MM., que se dignaram colocar seus Augustos Nomes à frente dos cooperadores para tamanha e tão útil empresa, começou a ser possível a **fundação do teatro nacional**”; menciona que o **Conservatório** propôs realizar uma “**missão civilizadora**” desde que teve os seus “estatutos aprovados por decreto de 24 de Maio de 1841”. Refere que, por ter entre os seus sócios efetivos e associados livres “tantos cidadãos distintos de todas as classes, é ao mesmo tempo **uma verdadeira academia litterária, e uma poderosa associação pública**” (pp. [1] -3).

O texto inaugural termina com o **programa da revista** que tem “**por objecto**:

1. Coordenar e archivar para a história da arte, que também é a história da civilização do paíz, os trabalhos da Inspeção geral dos teatros, e do Conservatório, desde 15 de Novembro de 1836 até o corrente, continuando em dia com a publicação dos mesmos trabalhos.
2. Historiar a marcha contemporânea do nosso teatro e dos estrangeiros.
3. Tratar todas as questões de arte, de literatura e de sciencia que podem ter relação com a dramática” (sic).

Mais esclarece que “**taes são as tres partes de que há-de constar cada numero desta Revista**. Desempenhada assim a obrigação principal que nos impõe o art. 63 dos estatutos, os nossos consócios terão o registo de todos os seus actos, cuidados, e fructos, e o **público os meios de avaliar sem paixão a utilidade de um instituto que altamente o-deve interessar**” (p. 3).

O conteúdo seguinte é a publicação da **lista dos dirigentes** do “CONSERVATORIO REAL DE LISBOA” que inicia-se com a “**Protectora, SUA Magestade a Rainha**” [D. Maria II], o “**Presidente Perpétuo, SUA Magestade El-Rei**” [D. Fernando II], e “**Sócio Honorário – Sua Eminencia o Patriarcha Eleito**” (sic). A lista inclui os responsáveis pelas **quatro secções** do Conservatório, entre os quais evidenciam-se: **Alexandre Herculano de Carvalho** (1810-1877), relator da “Secção de Litteratura”; **António de Oliveira Marreca** (1805-1889), secretário da “Secção d’ História e Antiguidades”; **José da Silva Mendes Leal Júnior** (1820-1886), relator da “Secção de Língua Portuguesa”, e **João Domingos Bomtempo** (1775-1842), diretor da “Secção de Musica e Artes”. E a lista termina com os Conservadores das **quatro escolas**, então existentes: a *Escola do Teatro* com **João Baptista de Almeida Garrett** (1799-1854); a *Escola de Declamação* com **Francisco Freire de Carvalho** (1879-1854?); a *Escola de Musica* contava com **Filipe Folque**

⁶ Referência ao *Paço dos Estaus*, depois *Palácio da Regência* e *Casa da Inquisição*. Inaugurado com o nome *Teatro Nacional D. Maria II* em abril de 1846 e risco do arquiteto italiano *Fortunato Lodi*. [Nomeado *Teatro Nacional de Almeida Garrett* em 1928, e volta a ser *Teatro Nacional D. Maria II* em 1978]. “**Foi chamado oficialmente, a seguir ao triunfo da República, Casa de Garrett**”. V. SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo (Dir.) – “Teatro Nacional D. Maria II”. In *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994, p. 893.

(1800-1874), e a *Escola de Dança e Mimica* com Anselmo José Braamcamp (1819-1885), (pp. 3-4).

“**Theatros de Lisboa**” é a próxima rubrica, não assinada, que tem continuidade no número dois da revista com a “**Revista dos Spectaculos**”. Separada em três partes - os teatros “S. Carlos”, “Theatro Nacional e Normal” e “Salitre” -, inclui críticas relacionadas com os aspetos da arte de representação teatral. Desta rubrica, no número um da revista, destacamos a referência ao “theatro grande” e estrangeiro, o “**S. Carlos**”, pois “**a ópera italiana é em toda a parte a rainha dos spectaculos: toda a Europa tributa a Roma essa vassalagem de conquistada; não lha negaremos**” (p. 4-5). Diferente é o texto, no número dois da revista, intitulado “**Theatro de S. Carlos**”, pois só versa a ópera **A Rainha de Golconda**, cujo *libretto* tem origem numa “novella de mr. De Bouflers”, com crítica muito elogiosa, mas com uma exceção: “**O vestuário é quasi sempre improprio principalmente o dos indios**” (pp. 28-30).

Na mesma rubrica, do “**Theatro Nacional e Normal**”, no primeiro número da revista, referimos as críticas sobre a preferência das óperas cómicas ou **semióperas afrancesadas no Theatro dos Condes**; que a direção do **theatro normal** “**desdenhou sempre os dramas originais portuguezes: os que não podia deixar de pôr em scena, por serem mandados pelo Conservatório às provas públicas, sempre os-fez representar sem prestigio algum scénico**” (p. 6).

As críticas incisivas ao “**Teatro Nacional da Rua dos Condes**” continuam no número dois da revista, das quais realçamos a referente à ópera-cômica **A Neve**, a qual “**é exactamente como mui bem avaliou o seu digno censor, uma estante onde se-estendem alguns bonitos trêchos de música para se-cantarem**”, e que “**a execução d’esta peça foi má**”. E especifica que “**é humanamente impossível fazer cantar bem pessoas, que não teem a menor disposição para o canto, por outro lado, os que sabem um pouco de música, teem má voz, e são intoleráveis na declamação**” (p. 30).

Do terceiro teatro da rubrica, o do “**Salitre**”, no primeiro número da revista, elogia-se a sua atual empresa chamada *Gil Vicente* por causa dos espetáculos representados, os quais “**o público viu-os, apreciou-os; é esse o melhor juiz**” (pp. 7-9). Mas no número dois da revista, com o título “**Teatro Nacional do Salitre**”, critica-se a mesma empresa por apresentar **espetáculos “demasiados dispendiosos”** e que “**bem depressa o teatro se-ressentiu disso**”, pois os seus espetáculos “**cessaram de ser regulares**” (p. 31).

O primeiro número da revista termina com uma **carta em francês, dirigida ao Ministro do Interior do Reino de Portugal** e assinada por **Emile Doux e Paul M.**, este responsável por uma companhia teatral francesa. A carta, datada de 27 de dezembro de 1836, disserta sobre donativos para a criação imprescindível de um teatro nacional português (p. 16).

No número dois da revista aparece a nova secção intitulada “**Variedades**”, com dois textos não assinados. O primeiro, “**O Theatro Nacional**”, de teor académico, afirma que “**não havia teatro em Portugal quando se fundou o**

Conservatório”, justificando que **“quem não tem repertório, não tem teatro:** e um repertório é o que principalmente nos falta.” Seguem-se várias considerações sobre a predominância da **“eschola franceza”** em cujo **“género ligeiro**, gracioso e de fino chiste é mais fácil escolher no repertório parisiense do que em qualquer outro; **mas que no género elevado e sublime a Inglaterra, a Allemanha e a Hispanha**, nos-offerecem mais amplos e largos estudos, com menor perigo de cair na cançada monotonía de caracteres tão parecidos sempre, de situações tão repetidas, de estylo tão uniforme e pautado”. Informa-se depois que, **“entre as (dez) peças que em Lisboa e Porto o Conservatorio tem premiado, ou pelo menos admitido ás próvas públicas, apenas há uma comédia (o Camões do Rocio), e um ou dois dramas em verso**, que se-poderiam classificar de tragedias no estylo moderno: **tudo o mais são dramas** no sentido especial da palavra. **É a moda [...]**”; no final, encontramos outra **“principal missão do Conservatorio; desafrancesar o teatro, nacionalisal-o.”** (n.º II, pp. 17-19).

O segundo texto desta secção, **“Edificação do Theatro Nacional”** é muito formal e é constituído por resumos de **“Offícios” e “Actas” do Conservatório desde 1836 até 1842**, visando a construção física de um teatro nacional. Nele, são referidos os obstáculos que surgiram aos **“reformadores do teatro nacional”**: **J. B. Almeida Garrett** e o conselheiro **Joaquim Larcher**, então Governador-civil de Lisboa em 1836; menciona-se a ajuda do *ministro do reino, Manuel Passos* [ou Passos Manuel]. Conta-se também, que foi por **“desinteligências políticas”** entre o ministério e o Inspetor-geral dos Teatros, que **Almeida Garrett “foi demitido d’este cargo, tão laborioso e que sempre servira gratuitamente, pelo notável decreto de 16 de julho de 1841”** (n.º II, pp. 20-25). Termina, este texto, resumindo a **“zelosa atividade”** de **A. B. Costa Cabral**, então ministro do reino, para a concretização da **“convenção com os caixas do contracto do tabaco”** que contribuiu com a oferta do risco do arquiteto F. Lodi, e a edificação do teatro nacional [futuro Teatro D. Maria II], iniciado em 1842 (n.º II, pp. 25-27).

CONTEXTO HISTÓRICO

Internamente, a Carta Constitucional de 1826 foi reposta a 10 de Fevereiro de 1842. O novo ministro do reino, desde a véspera, era o *Duque da Terceira* e, durante a sua vigência realizaram-se **duas eleições, a 5 e a 19 de Junho de 1842**, das quais saíram vencedores os cartistas liderados por António Bernardo da Costa Cabral, o próximo ministro do reino português.

A investigadora **Maria Manuela Tavares Ribeiro** escreve que para o cônsul britânico em Portugal, **“a Carta fora reposta pela força das armas [golpe de Estado de Costa Cabral no Porto, em 27 de Janeiro de 1842] e a rainha ficava a dever a sua manutenção no trono a uma facção cartista, liderada por Costa Cabral, e à influência dos clubes maçónicos [...]** É que, **por laços matrimoniais com D. Fernando de Saxónia-Coburgo-Gota [1836]**, irmão de Guilherme IV de Inglaterra, **D. Maria II é prima da rainha Vitória e do seu**

marido, o príncipe Alberto [...], o que facilitava e consolidava as relações diplomáticas e comerciais entre Portugal e a Inglaterra.”⁷

Desde a *Revolução de 1836*, Portugal encontrava-se dividido politicamente, e fragilizado economicamente. Mas o teatro como espetáculo educativo era muito importante e todos unia. Ressalvamos a imagem do teatro de então, presente na anónima “Introdução”⁷ da *Revista do Conservatório Real de Lisboa* (1842): **“O teatro é o livro dos que não teem livros, é uma verdadeira biblioteca popular, que deve ser feita com mais escrupulosa selecção do que qualquer outra, porque tem mais leitores, e em geral menos instruídos”** (p.3).

Helena Roldão

Lisboa, Hemeroteca Municipal, 28 de outubro de 2014

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

SILVA, Inocêncio Francisco da - *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859-1860.

Revista Universal Lisbonense (1841- [1859]). Série III, nº 35 (2 junho 1842). Lisboa: Imprensa Nacional, disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/RUL.htm>

SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo (Dir.) – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – “A Nova Ordem Liberal (1834-1851)...” In *História de Portugal...* (Dir. João Medina). Lisboa-Barcelona: EDICLUBE, 1998.

BUESCU, Maria Helena (Coord.) – *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

⁷ V. RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – “A Nova Ordem Liberal (1834-1851) ...” In MEDINA, João (Dir) - *História de Portugal (...)*. Lisboa-Barcelona: EDICLUBE, 1998, Vol. VIII, p. 219.

⁷ Segundo J. Oliveira Barata, **as palavras são de “Garrett [...]** como a querer confirmar o princípio (tantas vezes reafirmado) de que **o teatro é o livro dos que não têm livros.”** V. BARATA, J. Oliveira - “Dramática (Literatura)”. In BUESCU, Maria Helena (Coord.) - *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997, p. 144 (destaques nossos).